



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

## Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja				
Título:	Reunião Ordinária N. 24				
Local:	Sala de Reuniões do CNPA. Térreo do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF				
Data da reunião:	29/04/2014	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00

## Pauta da Reunião

14:00h Abertura da Reunião.

14:05h Apreciação e Aprovação da ata da 23ª Reunião da Câmara.

14:10h Informações da Presidência e da Secretaria da Câmara. CGAC/MAPA.

14:20h Apresentação e relatos dos Grupos de Trabalho da Câmara:

1. GT de Classificação.
2. GT de Acompanhamento da Safra.
3. GT de Defensivos da Cultura.
4. GT de Biotecnologia.
5. GT de Custo de Registro da CPR.
6. GT Seguro da Soja

15:50h Assuntos gerais.

16:00h Encerramento.

## Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	GLAUBER SILVEIRA DA SILVA	APROSOJA	PR	
2	FABRICIO MORAIS ROSA	APROSOJA	PR	
3	AYRTON JUN USSAMI		PR	
4	LEANDRO PIRES BEZERRA DE LIMA	CGAC/SE/MAPA	PR	
5	MARCIO CANDIDO ALVES	CGAC/SE/MAPA	PR	
6	DANIELA FIRMINO SANTANA	CGAC/SE/MAPA	PR	
7	FABIO GALVÃO BUENO TRIGUEIRINHO	ABIOVE	PR	
8	DANIEL FURLAN AMARAL	ABIOVE	PR	
9	RICARDO TATESUZI DE SOUSA	ABRANGE	PR	
10	IVAN DOMINGOS PAGHI	ABRANGE	PR	
11	ENFRAIM FISCHMANN	ABRASEM	PR	
12	PAULO EDUARDO DE CAMPANTE SANTOS	ABRASEM	PR	
13	ALEX ORESTES NOVELLO	ACEBRA	PR	
14	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
15	PATRICIA KYOKO PORTOLESE MORINAGA	AIBA	PR	
16	CRISTIANE T PORTOLESE MORINGA FACCONI	AIBA	PR	
17	GEORGE WAGNER BONIFÁCIO E SOUSA	ANDA	PR	
18	DAVID ROQUETTI FILHO	ANDA	PR	



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

19	LUIS CLAUDIO PERFEITO DAMASCENO	ANDEF	PR
20	LEO ZAPPE	ANDEF	PR
21	SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR
22	FELÍCIO PASCHOAL DA COSTA AGUIAR	ANEC	PR
23	MANOEL POLYCARPO DE CASTRO NETO	ANP	PR
24	LIDIANE PEREIRA DAS NEVES	ANP	PR
25	EDU BERNARDO SANDRI	BB	PR
26	FERNANDO NUNES GALLO	BB	PR
27	PLÍNIO ITAMAR DE MELLO DE SOUZA	CESB	PR
28	ALEXANDRE VIEIRA ABBUD	CESB	PR
29	RUI CARLOS OTTONI PRADO	CNA	PR
30	FLAVIO FAEDO	CNA	PR
31	LEONARDO AMAZONAS	CONAB	PR
32	THOME LUIZ FREIRE GUTH	CONAB	PR
33	ALEXANDRE JOSÉ CATTELAN	EMBRAPA	PR
34	JOSE RENATO BOUÇAS FARIAS	EMBRAPA	PR
35	JOSÉ GUARINO FERNANDES	FAMATO	PR
36	SENERI KERNBEIS PALUDO	FAMATO	PR
37	GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA	FENSEG	PR
38	MARCIO MARTINATI	FENSEG	PR
39	ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS	MDA	PR
40	CLÍMACO CÉSAR DE SOUZA	MDA	PR
41	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR
42	JOSÉ HÉLIO FERNANDES	NTC&LOGSTICA	PR
43	ALFREDO PERES DA SILVA	NTC&LOGSTICA	PR
44	FLAVIO ENIR TURRA	OCB	PR
45	MARCO OLÍVIO MORATO DE OLIVEIRA	OCB	PR
46	ANDREY GIORGY FILGUEIRA DE ARAUJO	SINDIVEG	PR
47	CARLOS ALBERTO BAPTISTA	SINDIVEG	PR
48	SILVIO FARNESE	SPA/MAPA	PR
49	SAVIO RAFAEL PEREIRA	SPA/MAPA	PR
50	JOAO DA SILVA ABREU NETO	SPA/MAPA	PR
51	TIAGO QUINTELA GIULIANI	SPA/MAPA	PR
52	GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA	SRB	PR
53	ITAZIL FONSECA BENICIO DOS SANTOS	SRB	PR
54	DAYANA PAMELA MARTINS PEIXOTO	ABRASS	PR
55	EDIVANDRO SERON	ABRASS	PR
56	RODRIGO OTAVIANO VILAÇA	ANTF	PR
57	JULIANO DIAN	ANTF	PR
58	PIERRE MARIE JEAN PATRIAT	APROSMAT	PR
59	ANDRÉIA BERNABÉ SANTOS	APROSMAT	PR
60	MÁRIO AUGUSTO RIBAS DO NASCIMENTO	CNM	PR
61	OSNI MORINISHI ROCHA	CNM	PR
62	ANTON GORA	FAEP	PR
63	DIEGO KYOCHI KATAYAMA DE SOUZA	FAEP	PR



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

PR - presente / CO - convidado

## Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata: Sim

### Desenvolvimento

#### **1 - Abertura da Reunião. Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja, Sr. Glauber Silveira.**

A reunião foi aberta pelo presidente Glauber silveira, que cumprimentou os membros presentes. Ayrton Ussami, Secretário da Câmara, apresentou informações sobre a VI Conferência Brasileira de Pós Colheita que ocorrerá de 14 a 16 de outubro, na cidade de Maringá. Em seguida relatou sobre a próxima reunião da câmara prevista para Florianópolis/SC, reforçando a necessidade de participação com o Representante da APROSOJA, que comentou sobre o propósito da reunião, que será uma oportunidade para consolidar prioridades da cadeia produtiva as quais devem ser apresentadas aos presideciáveis. Relatou que as propostas serão encaminhadas, através da Carta da Soja.

O Presidente da Câmara reforçou a importância da câmara e a participação, união e colaboração dos membros para o andamento dos trabalhos do colegiado. Citou como exemplo de conquista do colegiado, a questão do PIS/COFINS, e mencionou que assuntos de interesses do setor da soja devem ser debatidos em reunião, relatando sobre o encaminhamento dos trabalhos tanto ao Secretário de Política Agrícola, quanto ao Ministro da Agricultura. Sobre as prioridades definidas para o setor citou as seguintes: registro de defensivos agrícolas, organização da questão de defesa fitossanitária, apoio a comercialização, questão do aumento de mistura álcool na gasolina de 25% para 27,5% (relatou que foi sugestão da UNICA), questão do CAR, e mais um tema, fora a desoneração da ração, que seria a questão da pesquisa e inovação e direcionamento de trabalhos, com foco em pesquisas para a cultura da soja, relatando que de levantamento realizado recentemente apenas 3,0 % por cento é aproveitado pelo setor. Desse modo reforçou que a camara é um ambiente adequado para tratar de tais assuntos, e que é necessário fazer um plano para que daqui a dois anos se obtenha resultados, ressaltando a força das entidades que constituem esse setor. Citou seu exemplo de apresentação de trabalho sobre defensivos agrícolas na câmara de oleaginosas, e reforçou o momento positivo vivenciado pelo setor. Elogiou o trabalho realizado pelo Sr Girabis Evangelista, Diretor do DFIA, Sr Luis Rangel, Diretor do DSV e Sr Wilson Vaz, Diretor do DEAGRO/SPA agradecendo o apoio e os trabalhos desenvolvidos em prol da cadeia.

#### **2 - Apreciação e Aprovação da Ata da 23ª Reunião Ordinária da Câmara.**

A Ata da 23ª Reunião Ordinária foi aprovada pelo Plenário da Câmara.

#### **3 – Informes da Secretaria**

O Secretário da Câmara, reforçou aos membros convite para participação na reunião do dia 22 de maio em Florianópolis, lembrando quanto a necessidade de confirmação com o Sr Fabrício Rosa, Representante da APROSOJA. Em seguida mencionou as duas outras datas de reunião, ambas programadas para 27 de agosto e 09 de dezembro.

O Presidente da Câmara, falou sobre o Clube da Soja e a oportunidade de aproveitar a ocasião para realizar reunião da camara, e novamente reforçou sobre a importância de participação dos membros do colegiado.

#### **4 - Apresentações e relatos dos grupos de trabalho da câmara.**

##### **4.1. GT de acompanhamento da safra**



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Fabrizio Rosa mencionou que anteriormente esse Grupo Temático (GT) tratava somente de preço mínimo, mas que o escopo foi alterado para acompanhamento do plano safra, sob coordenação da OCB. Comentou do convite feito ao Sr Wilson Vaz, Diretor do DEAGRO/SPA, para tratar do tema e citou as entidades participantes do GT. Em seguida comentou que para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), o foco está sob os recursos disponíveis para armazenagem na fazenda. Com respeito ao tema, comentou sobre relato da ACEBRA referente a dificuldade na captação de recursos do programa, que inicialmente previa taxa de juros de 4,5% no PSI mas sofreu alteração para 6,5% ao ano. Ainda reforçou a importância de manter o que já foi conquistado para essa de linha de crédito em específico, de importância para o setor. Outra preocupação relatada é que os recursos vão para onde o problema é menor, citando também dificuldades no licenciamento ambiental para armazéns. Falou sobre reunião da entidade com o agente financeiro Banco do Brasil para tratar de dificuldades com respeito a crédito e exigências de licenciamento, citando como exemplo, o CAR que será exigido futuramente. Nesse sentido, Sr Carlos Ernesto Augustin, Representante da ABRASS, mencionou sobre incidência de 2,5% de taxa sobre financiamento concedido a um fabricante de semente.

Sr Roberto Queiroga, Representante da ACEBRA, citou que três associados de regiões diferentes relataram sobre cobrança de taxas pelo BB, 3,5%, para estruturar o projeto, mas mencionou que é possível contratar terceiros para tal fim, não sendo uma obrigatoriedade do agente financeiro.

Mencionou que isso cria desconfiança ao usuário, relatou que as variáveis são conhecidas e fez um alerta para a prática. Com respeito a investimento para cerealista, comentou que ao invés de voltar para 3,5%, considera fundamental retirar os parâmetros para faturamento de até R\$ 90 milhões, proposta que ajudaria o setor e para adaptação do programa. Nesse sentido, Sr Glauber Silveira, Presidente da Câmara, sugeriu encaminhamento de moção ao ministro relatando o que vem acontecendo. Sr Fabrizio Rosa, Representante da APROSOJA, relatou sobre diagnóstico do BB sobre aplicação de recursos, citou a aplicação no Paraná, reforçou que a preocupação é com a prática de cobrança e a necessidade de direcionamento de recursos para agencias aplicarem, em especial no centro oeste, tanto Banco do Brasil quanto outros agentes financeiros, tal como o BNDES.

O Diretor do DEAGRO, cumprimentou o plenário e justificou a ausência do Secretario SPA, em virtude de reunião com a Casa Civil. Com respeito ao tema plano agrícola, disse que é o maior resultado sobre crédito rural nos últimos anos, mencionando a cifra de R\$ 136 bilhões já comprometidos e de que não há dúvida que ao final esse patamar seja superado. Em seguida apresentou quadro resumo sobre financiamento rural, período julho de 2013 a março 2014, com aplicação de R\$ 117 bilhões na agricultura empresarial - quase 4% a mais que o ano passado -, investimentos na ordem de R\$ 36 milhões e custeio próximo a R\$ 85 milhões, ressaltando que são informações de bancos e órgão de governo. Comentou sobre a estimativa de investimentos totais entre 130 e 132 bilhões distribuídos em crédito de custeio, investimento e comercialização, agricultura familiar e empresarial, financiando algo em torno de 36% da agricultura. Na seqüência projetou gráficos de custeio, investimento, falou do desempenho dos programas, citou o PSI, PROCAP-AGRO em especial pela taxa de juros trazendo de 9,5% para 6,5%. Relatou que de um modo geral os programas estão acontecendo, que para o PCA foi disponibilizado um total de R\$ 5 bilhões, sendo R\$ 700 milhões já em processo de liberação. Falou sobre o PRONAMP e mencionou mais recursos para a próxima safra. Projetou ainda gráfico de programação x aplicação e mencionou que não há dificuldades em nível da oferta. Citou o sucesso de aplicação de recursos direcionados ao Paraná, ressaltando que a estrutura do cooperativismo nesse estado é bem consolidada. Relatou sobre aplicação nos principais estados sendo R\$ 1,18 bilhões no PR, R\$ 253 milhões o RS, R\$ 194 milhões MT, R\$ 183 milhões MT, R\$ 125 milhões GO, R\$ 100 milhões. Mencionou que recurso esta disponível e entende que para o próximo ano, não há como recuar, citou o patamar de R\$ 25 bilhões para os próximos anos, relatou que a presidente falou ao produtor rural para usar e aplicar os recursos disponíveis, sendo anunciado que o PCA, plano ABC e INOVAGRO não haverá retrocesso. Informou que o MAPA está no apogeu da negociação do plano safra, lembrando de reunião às 15 horas para tratar do plano agrícola e pecuário, de modo que em



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

maio o plano safra seja anunciado. Ainda relatou que há um cenário de negociação menos positivo, em virtude da conjuntura macroeconômica, mas que por outro lado, o agronegócio só leva boas notícias ao governo, e por isso, acredita ser um contraponto para o crescimento e sensibilização da área econômica governamental no sentido de disponibilizar recursos ao plano safra, plano esse que é fruto das sugestões das diversas entidades do agronegócio.

Roberto Queiroga, Representante da ACEBRA, perguntou se houve avanço sobre o PSI cerealista, lembrou das dificuldades na obtenção de licenças ambientais para construção de armazém, relatou que de 113 empresas associadas a entidade apenas duas conseguiram contratar, num programa que durou em torno de dois meses. Em seguida elogiou o trabalho da SPA, reforçou que caso não seja possível retornar a 3,5% retirar a questão de limites de faturamento. Wilson Vaz explicou que o programa PCA foi conectado com o PSI, e que o BNDES ao elevar as taxas em dezembro, impactou o PSI cerealista. Disse que independentemente o programa da armazenagem é 3,5% a.a. por 15 anos, e a proposta é que tais programas mantenham os compromissos assumidos, reforçando que essa a defesa do MAPA será nessa linha para a questão de investimento em armazenagem. Com respeito a menção dos membros sobre as condições de taxas colocadas por agentes financeiros, explicou a importância das entidades, ou a própria câmara, realizar um registro formal a fim de que a situação possa ser analisada. Glauber Silveira ressaltou que o objetivo do GT é fazer um acompanhamento de modo que os recursos orçados sejam efetivamente empregados.

Em seguida o Representante da ABRASS abordou o tema sobre o tema refúgio, que segundo sua visão tem uma proposta única para o assunto. Mencionou viagem realizada aos EUA, onde conheceu o modelo americano para tratar de refúgio. Relatou sobre a responsabilidade do privado, que possui contrato de licenciamento que estabelece duração e condições. Disse que em caso de descumprimento o contrato é cassado. Relatou que a empresa detentora de tecnologia vai a área produtiva e verificado o descumprimento dos termos estabelecidos, cassa o contrato impedindo seu licenciamento para plantio. Citou que o trabalho da revenda é forte no apoio a fiscalização, entretanto reforçou que para o caso brasileiro o governo tem de participar. Fez um relato sobre a questão do detentor da tecnologia e da responsabilidade na oferta do convencional, sendo que o comprador tem de demonstrar o uso do convencional. Nesse aspecto, citou a experiência de Goiás referente ao registro da produção, que é realizado via sistema eletrônico, com indicação de quem plantou. Abordou a questão de cadastro nacional, pois acredita que esse modelo resolveria vários problemas, entre os quais seguro, prêmio, CPR, entre outras situações. Reforçou a importância do responsável técnico na propriedade e questões relacionadas a procedimento comercial de venda, compra e cadastro nacional. Na sua opinião mencionou falta normativo federal delegando aos estados autonomia para fiscalização in loco. Sugeriu patamares de reserva de área 10%, 20% e 50% para refugio, como poderia ser, disse que deve-se delegar a alguém realizar tal aferição. E que o assunto precisa da opinião da pesquisa. Relatou que atualmente quem diz o patamar é a empresa de biotecnologia, sendo submetida à CTNBIO para aprovação, e que posteriormente fica cargo da empresa. Citou novamente patamares de 10%, 20% e 50%, sugeriu que nesses primeiros anos o órgão público ateste os percentuais de refugio, e relatou que a idéia é trabalhar junto, lembrando que o assunto é importante para as culturas de algodão e soja. Por fim informou que o interesse é do agricultor quanto a duração das biotecnologias para agricultura. Glauber mencionou sobre grupo de trabalho e sugeriu agendamento de reunião para apresentação das propostas.

Na seqüência, Sr Luis Rangel, Diretor do DSV, disse que o tema tem sido muito discutido, entretanto precisa ser tratado de forma estratégica em nível de governo. Relatou ainda sobre necessidade de otimização da força de trabalho do MAPA, da importância do papel da iniciativa privada e a regulamentação do tema. Com respeito ao cadastro nacional, disse que o tema é complexo, o Brasil é grande, e precisa da ótica de inteligência. Relatou que a exemplo da área animal, é necessário criar uma plataforma para gestão vegetal, mencionando que os estados desenvolvem seus programas, citando o desenvolvimento de sistemas eletrônicos para emissão de Permissão de Trânsito Vegetal (PTV) por alguns estados a frente do que ainda não foi implementado pelo MAPA. Lembrou que é



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

necessário muita discussão, e que o ideal é chamar os estados para o debate nos diversos fóruns de agricultura. O Representante da ABRASS, reforçou a necessidade de regulamentação federal. Rangel citou exemplos e falou que a proposta da Secretaria de Defesa Agropecuária é redesenhar o tema e implementar junto com os estados a normativa. Augustin mencionou que a responsabilidade maior tem ser imputada a empresa, lembrando que a co-participação é fundamental nesse processo.

## 1. GT de defensivos da cultura

Fabrizio Rosa fez um resumo das propostas debatidas no GT. Relatou sobre proposta de manual de boas praticas sobre aplicação de defensivos, reforçando como é feito e quais as boas praticas. Informou que cada estado tem uma legislação sobre o assunto, e portanto importante levantar como é feito atualmente. Citou também a criação de um plano fitossanitário e a questão de uso de novas tecnologias, tais como novas cultivares. Relatou que proposta é encaminhar ao ministro um pedido de convocação aos estados para a realização de uma mesa redonda para tratar da aplicação de defensivos, entender como ocorre e traçar estratégias para a defesa vegetal. Além disso citou a proposta de aplicação de questionários prévios para ajudar na discussão, de modo que a mesa redonda seja produtiva. Ainda abordou a segunda proposta que se trata da criação de um plano fitossanitário, que define alvos e prioridades de produtos a serem registrados, cria ferramentas de controle e fiscalização, monitoramento na compra de insumos, instalação do vazão e estabelecimento de um cronograma. Mencionou como exemplo o controle da ferrugem. Por fim citou registro de cultivares e outras tecnologias de controle, e disse que o objetivo também é que o plano contemple várias informações, inclusive pesquisa agrícola.

O Presidente da Câmara relatou quanto à importância do setor encarar determinadas situações de frente, citando como exemplo disto à proximidade do meio urbano e a lavoura de soja. Relatou sobre os impactos agrícolas a cidade e disse que o setor deve fazer alguma coisa com respeito à aplicação de defensivos próximo a essas áreas. Com respeito ao assunto relatou que nos EUA há lavouras dentro da cidade e na Argentina há normas com restrições para controle dessa natureza. Reforçou que como produtor preocupa-se em gerenciar tais situações. Solicitou apoio do MAPA para auxiliar a produção e a continuidade de exportação e reforçou que a EMBRAPA precisa participar do evento. Leonardo Machado, representante da CNA, relatou que o tema do GT tem sido discutido nas comissões. Acredita que o GT tende a crescer, pois trata-se de culturas como milho, feijão e outras culturas, podendo convidar a outras câmaras.

Sr Girabis Evangelista, Diretor do DFIA, reforçou a importância da articulação entre os entes federal, estado e municípios. Relatou sobre a importância da cultura da soja ter uma política fitossanitária específica, além do algodão e cana-de-açúcar. Mencionou sobre trabalho de outras câmaras fora do MAPA, citou ações do MPF referente ao tema defensivos agrícolas e relatou que o trabalho é difícil para demover tais ações. Como sugestão acredita ser adequado a criação de uma câmara de gestão de crise, pois em sua visão o agronegócio tende a passar por desafios. Em seguida, Rangel falou rapidamente sobre paisagem agrícola e apoio a área de insumos, relatou sobre a necessidade de criar política fitossanitária específica, pois há doenças que impactam o setor, de modo a apoiar a criação de política e a área de registros do MAPA. Informou que a discussão esta sendo feita internamente, e pretende curto espaço de tempo, criar a comissão nacional de fitossanidade. Por fim, solicitou apoio do presidente da câmara.

Sr Fabio Trigueirinho, representante da ABIOVE, comentou sobre questões de defensivos e parceiras nos estados e mencionou sobre o programa SOJA PLUS, colocando o material a disposição.

Em seguida Fabrizio apresentou um modelo de questionário a ser aplicado na mesa redonda do o fórum de Secretários de Agricultura, a ser proposto via moção. Relatou que solicitará apoio as câmaras de milho e feijão. O Presidente da Câmara, sugeriu ao plenário que a moção contemplaria a



# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

questão do plano de fitossanidade também, sendo a proposta aprovada por unanimidade.

## 1. GT Classificação Vegetal.

Na seqüência Fabrício Rosa, ao apresentar um resumo dos trabalhos do GT relatou que os classificadores possuem entendimentos diferentes e por isso importante o nivelamento dos profissionais. Explicou que o objetivo é fechar um documento que contemple desde a amostragem até romaneio de modo que proponha padronização para os profissionais. Resumiu que os tópicos da discussão foram diagnóstico da situação, manual de boas práticas de classificação e prática de amostragem. Reforçou a importância da OCB e CNA participarem para auxiliar em cursos e padronização operacional, e que por fim as ações solicitadas inicialmente pelo GT é a circulação das propostas aos demais membros da camara para trata do assunto.

## 1. GT Seguro da Soja

O representante da CNA, ao abordar o tema informou quais as entidades participantes que reuniu-se no último dia 15. sendo tratados nessa reunião os seguintes assuntos: fundo de reserva agropecuário e produto seguro. Falou sobre o fundo de reserva agropecuário, proposta feita inicialmente pela ANDA, e quanto ao produto seguro, é necessário que atenda as necessidades do setor Por fim reforçou a importância de se trabalhar em conjunto com o GT criado na Câmara Temática de Seguros do Agronegócio.

Fabrício fez um histórico sobre a proposta do fundo agropecuário, que foi debatido em 2008 e trataria de um fundo a ser recolhido junto ao setor para momentos de crise, e que propunha aplicação de uma alíquota de 1,5 a 2,0 % sobre a comercialização Relatou que se trata de uma proposta interessante, mas que merece estudo e amplo debate com os diversos agentes do setor, sendo várias entidades já se mostraram contrárias. Por fim com respeito a produto seguro mencionou sobre o debate do tema sobre orçamento, subvenção e não obrigatoriedade.

Queiroga citou que a proposta é atraente mas é preciso debate, ponderando que a questão econômica deve ser considerada. Relatou que se deve compreender as resistências para que se possa opinar e na sua opinião a primeira questão diz respeito a aprimorar o produto seguro. Ressaltou que o produtor faz conta e o ideal é que o produtor faça seguro. Por fim reforçou a importância compreender as resistências, se de natureza técnica ou de regulamentação, mas que é importante entender os riscos.

Sr Gláucio Toyama, representante da FENSEG, comentou sobre fundo de reserva, debate que veio a tona em 2008, e informou que na ocasião a preocupação era quem pagaria a conta. Desse modo considera fundamental debater mais o tema, pois considera pouco tempo para decisão. Relatou sobre a falta de um fundo catastrófico, e que o fundo de reserva particular deve ser melhor trabalhado.

O Presidente da Câmara, comentou sobre a obrigatoriedade e relatou que não importa a origem dos recursos mas que todos do setor devem colaborar. Ressaltou que seja 2,0% ou 1,5% torna o produto obrigatório, e, portanto, nesse quesito virá reclamação como sendo mais imposto, mais uma contribuição.

O representante da CNA, reforçou a importância de ter ferramentas de gestão de risco, mas que há um programa de subvenção, por isso o produto seguro é importante, os dois pontos devem ser trabalhados.

Toyama citou que o mercado desenvolveu um produto de renda, mas que ainda não encaixou no Brasil central. Informou que agricultor quer seguro de preço, mas que há disponível um mercado de derivativos, citando o trabalho da BMF. Por isso reforçou que é preciso entender do produtor o que ele quer.



## Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

SE - Secretaria Executiva

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Glauber Silveira considera dois pontos fundamentais para o agricultor: preço e produção. Citou risco de quebra de produção, as particularidades da produção e os riscos envolvidos, e que o agricultor precisa de seguro de preço e renda. Em seguida falou sobre o programa SOJA BRASIL, parceria da APROSOJA, EMBRAPA e CANAL RURAL e que houve o lançamento da colheita, com a participação da titular da Casa Civil e Ministro MAPA, que considera importante estar num calendário oficial. Na seqüência projetou um vídeo sobre o projeto SOJA BRASIL, e em seguida mencionou que haja quatro fóruns nacionais de discussão do GT, dando visibilidade a camara, em especial aos assuntos do GT os quais dependem do apoio do governo. Por fim submeteu a aprovação pleito sobre a proposta de lançamento oficial do plantio da soja solicitando participação do MAPA, a ser encaminhado ao ministro, pleito aprovado em plenário.

### 6 - Assuntos Gerais.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Presidente da Câmara encerrou a reunião agradeceu a todos pela presença.

### Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

### Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

### Dados da próxima reunião

Local:			
Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

### Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------